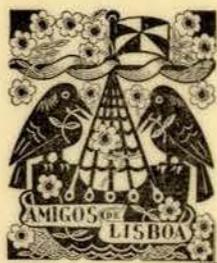


OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»



ANO III

N.º 10

ABRIL - 1940

Oferta
-5. JUN. 2006

M

ABRIL DE 1940

N.º 10

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

DIRECTOR: GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, VICE-PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

EDITOR: DR. EDUARDO NEVES, DIRECTOR-TESOUREIRO

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

SEDE: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 2 5711

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA LIBANIO DA SILVA — TRAVESSA DO FALA-SÓ, 24 — LISBOA

SUMÁRIO

■ ALGUMAS DESCOBERTAS NO CASTELO DE S. JORGE

POR *A. Vieira da Silva*

■ NOTÍCIAS E REGISTOS CURIOSOS EXTRAÍDOS DOS
LIVROS PAROQUIAIS DA FREGUESIA DA SÉ

POR *Luíz Pastor de Macedo*

■ O CAMPO DE SANTA CLARA

POR *Sidónio Miguel*

■ LISBOA VISTA PELOS ESTRANGEIROS — SÉCULO XX

(*artigo de João do Rio publicado na Ilustração Portuguesa,
de 25 de Janeiro de 1909.*)



Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores

ESTE BOLETIM É ENVIADO GRATUITAMENTE A TODOS OS SÓCIOS

OLIMPÍO

BOLETIM DO GRUPO FAMILIAR DE LERDA

Este boletim é destinado aos membros do grupo familiar de Lerda, com o intuito de manter a comunicação e a proximidade entre todos os interessados. O conteúdo deste boletim é de caráter informativo e não constitui opinião nem recomendação de qualquer natureza.

SECRETÁRIO

Dr. [Nome] - [Endereço]

[Endereço]

Dr. [Nome] - [Endereço]

[Endereço]

Dr. [Nome] - [Endereço]

[Endereço]



Dr. [Nome] - [Endereço]

[Endereço]

Este boletim é enviado gratuitamente aos membros do grupo familiar de Lerda. Qualquer dúvida, favor contactar o responsável pelo envio.

ALGUMAS DESCOBERTAS NO CASTELO DE S. JORGE

POR A. VIEIRA DA SILVA

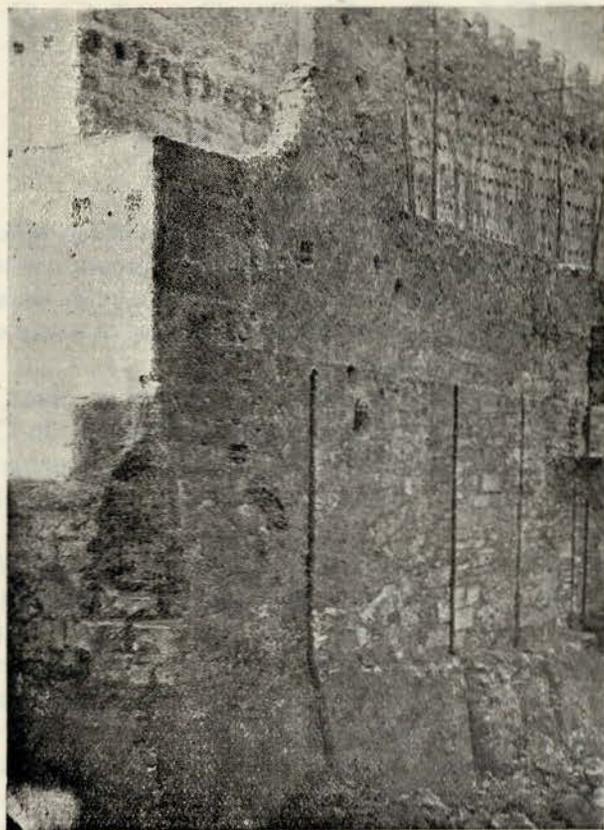
As descobertas no Castelo de S. Jorge motivadas pelas obras de restauro iniciadas neste ano bastantes surpresas nos têm proporcionado, e, além de assuntos novos, têm servido para modificar ou rectificar idéias que corriam, baseadas no que se podia ver ou presumir pelo que se achava patente.

Estamos crentes que, depois de concluídas as obras, os novos desenhos e a nova descrição que venham a fazer-se do Castelo, em muitos pontos divergirão do que consta da nossa monografia sobre *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, à qual nos reportamos nas notícias que vamos dar.

Não nos propomos fazer aqui a crónica das sucessivas descobertas que no castelejo, na Praça Nova e no edificio dos quartéis se têm feito, mas deixaremos consignado que uma das mais importantes foi a da muralha da barbacã, fronteira às frentes oriental e sul do castelejo, e que em parte estava relativamente bem conservada, bem que oculta. As seteiras desta muralha, na parte que circunda a torre (2) chamada do Observatório, têm mais de 5 metros de altura, como se vê na gravura, e a sua disposição para o cruzamento dos tiros das armas de arremesso naqueles remotos tempos usadas, são bastante dignas de nota, e não sabemos se em alguma outra fortificação contemporânea do Castelo se usou uma construção idêntica.

O fosso, que naturalmente ficava contíguo e pela banda de fora da barbacã, ainda não foi desentulhado senão parcialmente e numa pequena extensão. mas desde já se reconhece, pelo respaldo que apresentam para o exterior as mencionadas seteiras da barbacã, que devia ser fundo.

Não é da primitiva construção da torre (1), chamada albarrã ou de Ulisses, a poterna que a atravessava, e que presumimos que servia para a comunicação do adarve das muralhas do castelejo com o da



VISTA DO CUNHAL SUD-ESTE DA MURALHA DA BARBACÃ DO CASTELEJO

Notem-se as grandes seteiras da sua face oriental voltada para a Praça Nova
A muralha ao fundo, com ameias, pertence à frente oriental do Castelejo

barbacã. Acha-se agora já quasi demolida, e no seu lugar, assim como no resto da torre, poz-se a descoberto uma câmara com abóbada de

cantaria, apoiando-se em dois arcos arcezoados cruzados. Possivelmente era êste compartimento que no tempo dos reis da primeira dinastia servia de tesouro ou de cofre para arrecadação das receitas do Estado, de que fala o nosso Fernão Lopes.

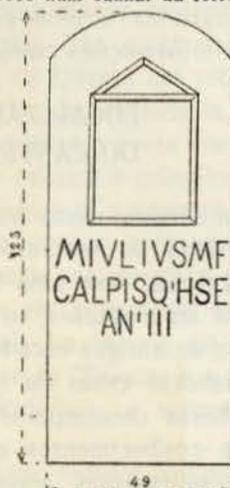
Algumas quadrelas do castelejo, que já noutros tempos haviam sido reconstruídas por motivo de derrocadas causadas por terremotos, e que estavam agora ameaçando novo desmoronamento, foi necessário reconstruí-las desde a sapata.

Cipo romano descoberto em julho de 1939 entre as tórres 8 e 9.



Espessura, 27 cm. Letras, 5,5 cm. Pedra lioz. Por baixo das letras, ornatos em linhas horizontais, quasi apagados.
Interpretação: Licinia Mela, filha de Marco, está aqui sepultada. Seja.

Cipo romano descoberto em dezembro de 1959 num cunhal da tórre 9.



Espessura, 20 cm. Letras, 7 cm. Pedra lioz. Em cima uma caixa ou nicho excavado na pedra, com 4 cm. de profundidade, cercado por uma moldura já picada, mas de que se reconhecem vestígios.
Interpretação: Marco Julio Calpis, filho de Marco, de 3 anos de idade, está aqui sepultado.

Durante os trabalhos de reconstrução da quadrela demolida entre as tórres (8) e (9), e de restauro da tórre (9), encontraram-se, como pedras de enchimento do muro, respectivamente os dois cipos romanos aqui desenhados na escala 1:20.

Os trabalhos de demolições e restauro a que se está procedendo têm atraído a curiosidade de muitos amadores de antiguidades da nossa

cidade, como se reconhece pelo grande número de visitantes que todos os dias se veem percorrendo os difíceis e pedregosos locais das obras, na expectativa de surpreenderem algum objecto novo, ou resto de muro ou de porta entulhada há muitos séculos.

Um desses curiosos, Carlos Augusto Mamede, nos seus passeios pelo Castelo, julgou poder fixar o local da ponte levadiça de acesso ao castelejo, que se sabe ter existido; e parecendo perfeitamente justificadas as suas conjecturas, aconselhámo-lo a escrever sôbre o caso a pequena notícia que adiante segue, a que acrescentámos uma reprodução fotográfica e uma pequena planta do suposto local da ponte, e algumas informações complementares.

LOCALIZAÇÃO DA PONTE LEVADIÇA DO CASTELO DE S. JORGE DE LISBOA

ÊSTE assunto muito interessante, agora que bem orientadas e felizes obras de restauro se estão fazendo no histórico castelo de Lisboa, tem uma flagrante oportunidade, visto que sôbre certos assuntos só hipóteses se têm formulado, baseadas na leitura e interpretação de antigos escritos.

Lisboeta cioso da sua terra e observador curioso, temos passado largas horas contemplando as venerandas pedras do castelo, tentando, com os conhecimentos adquiridos na leitura de bons livros que ao assunto se referem, arrancar àquelas mudas testemunhas de factos de quási oito séculos de nacionalidade portuguesa, a decifração de várias interrogações, até agora sem resposta concreta.

Está neste caso o assunto de que ora tratamos e a que mais alguns se prendem.

Como é inegável a existência no castelo, de uma ponte levadiça, vamos procurar identificar o local onde ela se encontraria.

Observando a planta de João Nunes Tinoco, datada de 1650, na parte referente à freguesia de Santa Cruz do Castelo, e seguindo o contôrno do castelejo, nota-se um facto singular e a que se refere o ilustre olisiponense eng.^o Augusto Vieira da Silva, a pág. 51 do seu valiosíssimo trabalho — O Castelo de S. Jorge em Lisboa — *«uma interrupção a meio da frente oriental e que parece indicar uma porta...»*

Se repararmos que Tinoco põe apenas duas soluções de continuidade no traço que representa o referido contôrno — uma na frente norte e outra na frente oriental — notamos o propósito do autor, que não entra em detalhes, mostrar apenas os dois *únicos* pontos por onde se podia entrar ou sair da fortaleza. Como a abertura da frente norte, pela sua especial configuração e local, não interessa para o nosso caso, resta-nos a da frente oriental, de que nos vamos ocupar, por se prestar perfeitamente ao fim que pretendemos atingir.

A demolição de duas construções, provàvelmente dos fins do século XVIII, poz a descoberto dois importantes troços da barbacã que protegia o castelejo pelos lados sul e oriental. São estes dois troços interrompidos desde a tôrre a que chamam de Ulisses até próximo da tôrre do Observatório, e foi esta interrupção atribuída à existencia, naquele ponto, de qualquer obra que desse passagem para a porta que se abre na quadrela entre as duas referidas tôrres, e mística à primeira destas.

Com a interpretação da planta de Tinoco e a observação dos elementos que vão surgindo no desatêrro a que se está procedendo junto à barbacã, que vai sendo inteligentemente restaurada e reconstituída, podemos orientar o nosso espírito e *ver* o que até então era desconhecido: o local da ponte, pouco mais ou menos no sítio da interrupção do contôrno do castelejo, na planta de Tinoco, e o caminho a percorrer para penetrar no interior da fortaleza, e sempre sob a protecção da forte barbacã.

Um dos pormenores que muito nos têm impressionado é uma interrogação posta a pág. 49 da já citada obra do eng. Vieira da Silva, à-cêrca-da quadrela situada entre a tôrre do Observatório e a seguinte na frente oriental, e que difere de tôdas as outras no exagêro da espessura, e que é a seguinte: «*Para que serviria, porém, esta monstruosa espessura de quási cinco metros?*».

Vamos nós tentar responder a essa interrogação: Era essa quadrela mais forte porque ficava exactamente na direcção da ponte levadiça, e portanto a que precisava ter um adarve mais espaçoso para conter maior número de defensores, e, ao mesmo tempo, porque sendo a primeira a sofrer os ataques do exterior, por estar situada no ponto mais vulnerável, precisava ser mais reforçada, atendendo aos meios de que se serviam os atacantes naqueles recuados tempos.

Qual a forma que a barbacã teria naquele local, onde se nota perfeitamente a presença, pelo aparelho das pedras já a descoberto, de elementos que condizem com a existência de uma ponte de acesso, não o podemos supor, pelo menos por enquanto, mas aguardamos que o desatêrro em prosseguimento, nos revele mais alguma coisa que venha reforçar o nosso ponto de vista.

Não devemos esquecer todavia que a barbacã, de um e outro lado da reentrância de forma rectangular, onde cremos que seria a ponte levadiça, apresenta um sistema de seteiras bastante características, e que cremos sem igual, destinadas a defender o acesso àquela entrada.

E agora mostremos então o caminho que, desta forma, conduziria da ponte levadiça à porta do castelejo, caminho êste que, a-pesar-de estreito, dá bem passagem a dois cavaleiros a par:

Transposta a ponte levadiça e franqueada a barbacã, vira-se à esquerda descendo uma curta rampa, contorna-se a tôrre do Observatório, bem a coberto do exterior pelo muro da barbacã, cujo paramento interior está, neste local, ainda muito bem conservado, e desemboca-se num espaço assaz largo em que, subindo uma pequena rampa, se entra pela porta, bem junto à tôrre central da frente sul do castelejo.

Todo êste caminho é òtimamente defensável, pois é completamente dominado pela situação das tôrres, adarves e barbacã.

Resumindo, caso as nossas teorias se confirmem, teremos:

1.º — A ponte levadiça do castelo de S. Jorge estaria localizada a meio da frente oriental do castelejo, e no local indicado na planta de Tinoco.

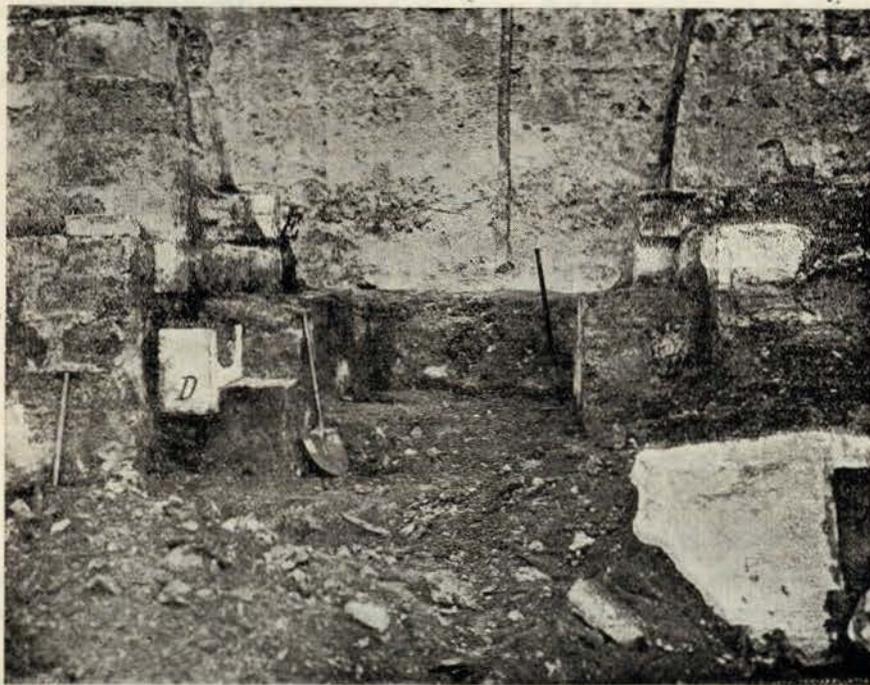
2.º — A forte barbacã que protege o castelejo pelas frentes sul e oriental seria contínua desde a tôrre SW ou de Menagem até à tôrre da Cisterna situada no canto NE, e próxima do ponto onde se insere a muralha da cêrca da Praça Nova.

Aos distintos e eruditos investigadores olisiponenses caberá pronunciarem-se sôbre esta nossa versão, que aparece escrita graças à extrema bondade do engenheiro Vieira da Silva, a quem tivemos a honra de expor a nossa idéa, e que, com palavras de bondoso incitamento, nos animou a escrever êste modestíssimo estudo, e a quem deixamos consignado todo o nosso reconhecimento e gratidão, pois atravez

da leitura do seu valioso livro — *O Castelo de S. Jorge em Lisboa* — tem sido, sem o saber, o nosso verdadeiro Mestre.

Lisboa, 8 de Dezembro de 1939.

CARLOS AUGUSTO MAMEDE



VISTA DO LOCAL DA ENTRADA DA BARBACÃ DO CASTELEJO

C é a caixa, ainda incompletamente desentulhada, entre os muros da barbacã e da frente oriental do Castelejo.

D é a pedra que servia de chumaceira ao eixo de madeira da ponte levadiça; a outra chumaceira estava em *D'*.

E é a base da humbreira esquerda da porta.

Reportemo-nos agora à planta que vai na página seguinte, em que as letras correspondem às da fotografia:

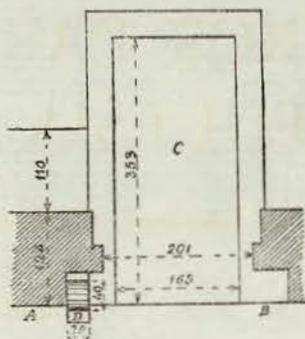
A linha *AB* é o traço horizontal da face exterior do muro oriental da barbacã, na Praça Nova.

C é uma caixa no terreno, limitada por muros de alvenaria, entre

à barbacã e a muralha do castelejo, que não está completamente desaterrada; só depois de concluído este trabalho é que se perceberá a sua missão na defesa da entrada do castelejo.

D é uma pedra de cantaria, sòlidamente escastrada no muro da barbacã, tendo um cavado semi-cilíndrico, com 40 cm. de diâmetro.

Evidentemente servia este cavado de chumaceira para um grosso tronco, com 2,^m97 de comprimento, que seria o eixo da ponte levadiça.



A chumaceira conjugada, no lado oposto, já não existe, mas conhece-se nitidamente que a parte da pedra saliente da parede foi cortada, e aparelhado a picão grosso, o paramento da parte que se conserva.

Acima da chumacheira conservada ainda se pode observar, em uma pequena extensão, a quina chanfrada da humberira do portão de entrada, que devia ter 2,^m0 de largura, terminando esse chanfro por um pequeno ornato.

Aguardaremos a continuação dos desentulhos para a confirmação das precedentes suposições, para a descoberta de novos elementos de estudo e reíntegração da antiga fortaleza da nossa cidade.

Dezembro de 1939.

NOTÍCIAS E REGISTOS CURIOSOS EXTRAÍDOS DOS LIVROS PAROQUIAIS DA FREGUESIA DA SÉ

POR LUIZ PASTOR DE MACEDO

(Continuação do número anterior)

«**N**o mez de Julho de mil oitocentos e quarenta annos nesta Igreja de S.^{ta} Maria Maior de Lisboa, apparecerão trinta e quatro crianças mortas de um e outro sexo, que pela S.^{ta} Casa da Misericórdia forão mandadas conduzir para o cemitério publico». — À margem: «Particpei ao Adm.^{or} do 3.^o Julgado» (1).

Nota — Era o costume. As crianças que viviam punham-se na *roda*; e muitas vezes às portas de pessoas abastadas; as que morriam deixavam-se às portas das igrejas quando não eram abandonadas pelos recantos da cidade.

Foi só o padre reitor Manuel Pinto Correia de Araújo Lima — que aparece a assinar os registos paroquiais em junho de 1840 — quem começou a arquivar nos livros respectivos o número das crianças mor-

(1) L.^o XVI dos óbitos, fl. 102 v.

tas que durante cada mês eram depositadas na igreja. O primeiro assento que a essas crianças se refere é o que está originando esta nota e o último diz respeito ao mês de Dezembro de 1855. Segundo êles, nesse espaço de tempo foram abandonados na Sé os cadáveres seguintes :

Anos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
1840							34	43	34	30	35	27	203
1841	33	25	37	34	57	33	45	47	38	49	26	44	468
1842	31	22	30	22	24	29	39	34	21	34	40	47	373
1843	15	30	19	23	24	39	43	35	33	28	23	30	342
1844	33	22	30	24	22	32	39	49	25	40	36	28	380
1845	31	25	17	22	28	29	39	41	25	25	33	27	342
1846	26	20	22	22	17	31	56	48	45	30	30	26	373
1847 ⁽¹⁾	20	24	28	26	34			41	30	43	28	19	301
1848	18	25	23	24	14	26	48	55	33	56	30	32	384
1849	31	21	28	19	24	23	42	47	15	43	33	25	351
1850 ⁽²⁾	30	27	25	33	23	30	47		42	35	32	33	357
1851	40	24	21	20	25	41	52	53	35	48	38	28	425
1852	19	20	19	22	25	16	44	30	28	36	32	13	304
1853	25	24	24	21	27	21	38	44	28	34	32	39	357
1854	31	16	15	19	21	21	30	28	35	38	22	24	300
1855 ⁽³⁾	23	27	29	28	25	21		29	33	38	28	28	309
	414	352	367	359	390	392	596	624	500	607	498	470	5569

Segundo êste quadro, o ano em que foram abandonados mais cadáveres de crianças, foi no de 1841, e em que foram abandonados menos, foi no de 1854. Sobre os meses, vemos que os de Julho e Agosto, seguidos do de Outubro, são os que nos dão um número mais elevado e que os de Janeiro e Abril, seguidos do de Março, nos dão

(1) Faltam os registos dos meses de Junho e Julho.

(2) Faltam os do mês de Agosto.

(3) Faltam os do mês de Julho.

um número mais baixo. O mês em que apareceram mais cadáveres foi o de Maio de 1841, em que se contaram 57, seguido do de Julho de 1846 e do de Outubro de 1848, com 56 cada um.

* * *

Autos de fé:

«Ao primeiro dia deste mes de Junho [de 1586] q̄ foi Domingo da Sanctissima Tryndade no qual dia se fez o Auto da fee na Rybeira desta cidade e pregou Jheronimo dias da companhia (de Jesus) . . .» (1).

Nota — Na relação elaborada por Fortunato de Almeida respeitante aos autos de fé celebrados pela Inquisição de Lisboa, não se faz menção d'este realizado em Junho, mas sim de outro realizado em 1 de Dezembro. Ao tempo de ambos era inquisidor geral o arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida.

* * *

«Neste dia q̄ forão trinta e hũ de Julho [de 1611] Domingo derradeiro do mes se celebrou na Ribeira o auto da fee sendo Inquisidor Geral o Snr. Bispo Dom Pedro de Castilho, sairão cento e onze penitentes, forão rellaxados tres pelo peccado nefando (sodomia) onde entrou (espaço em branco para depois se escrever o nome que nunca chegou a escrever-se) cleriguo de Epistola, e forão mais rellagados por herejes outo ou nove onde entrou hũ cleriguo de missa do abito de Xpto (Cristo) natural de tomar e todos estes rellaxados forão queimados no chafaris del Rei». — À margem: «foi presente o S.^r Dom Xptovão de moura Viso Rei» — «o Regedor foi acompanhado de 108 de cavallo com sua Vara na mão» (2).

Nota — Neste auto de fé saíram 92 indivíduos, entre os quais foram relaxados 18 e não 11 ou 12 como diz o cura da Sé. Só 11

(1) *L.º III dos mixtos, bap.*, fl. 45.

(2) *L.º V dos bap.*, fls. 16 v.

homens foram relaxados em carne e mais 5 em estátua, além de duas mulheres que também o foram desta última maneira. Foi prègador o bispo de Cabo Verde D. Fr. Sebastião da Ascensão ⁽¹⁾. O inquisidor geral, D. Pedro de Coutinho, era bispo de Leiria e exercera já o cargo de vice-rei de Portugal, por nomeação de Filipe II, após o pedido de exoneração do bispo de Coimbra.

* * *

«Neste dia 28 de Novẽbro [de 1621] se fez o Auto de fee no Ruxio, forão presentes os Sñrs Governadores» ⁽²⁾.

Nota — Sairam neste auto 92 indivíduos também, tendo sido relaxados em carne 5 homens e 3 mulheres e em estátua 3 homens ⁽³⁾. Prègou o p.^o André Gomes, da Companhia de Jesus, o mesmo que mais tarde foi um dos escolhidos para prègar no octavário efectuado em desagravo do desacato de Santa Engrácia, conforme já vimos. O sermão dêste auto de fé foi impresso ⁽⁴⁾.

* * *

«Aos sinquo deste maio de 624 se fez o auto de fee no terreiro do paso, o Sñr Bispo Dom Fernão mēz mascarenhas, forão presentes os sñrs Governadores Dom Diogo da Silva, Conde de Portalegre e Dom Diogo de Castro, Conde de Basto, Pregou o p.^o frei Antonio de Sousa saiu a queimar o D.^{tor} Antonio homem, Conego em Coimbra e outro clerigo e outros mais leigos» ⁽⁵⁾.

Nota — Foram 84 os indivíduos que saíram no auto, entre os quais foram relaxados em carne 5 homens e 3 mulheres e em estátua

⁽¹⁾ *Elementos, etc.*, vol. II, págs. 144 e 145 e *Hist. da Ig. em Port.*, vol IV, parte III, pág. 382 e 383.

⁽²⁾ *L.^o VI dos bap.*, fl. 28.

⁽³⁾ *Hist. da Ig. em Port.*, idem, idem, págs. 384 e 385.

⁽⁴⁾ *Dic.*, Inocência, vol. I, pág. 62.

⁽⁵⁾ *L.^o VI dos bap.*, fl. 72 v.

1 homem⁽¹⁾. Fr. António de Sousa, que ocupava o lugar de deputado do Santo Officio desde 7 de Abril de 1618 e que em 1626 ficou pertencendo ao seu Conselho Geral, fez imprimir o sermão que proferiu neste auto de fé⁽²⁾.

O dr. António Homem, cónego da Sé de Coimbra e lente de Prima da faculdade de cânones, foi relaxado por se ter provado que era venal no desempenho do lugar que ocupava na Universidade, que era sodomita e que desempenhava o cargo de sumo sacerdote do rito judaico. Do processo que se formou dos crimes dêste célebre canonista, tratam António José Teixeira em *António Homem e a Inquisição* e dr. António Baião em *Episódios dramáticos da Inquisição Portuguesa*.

* * *

«5 Setembro 638 ouve cadafalso na Ribeira desta cidade»⁽³⁾.

Nota — Sairam 83 indivíduos e relaxaram-se 26: 3 homens e 4 mulheres em carne e 14 homens e 5 mulheres em estátua⁽⁴⁾. Foi prègador fr. Manuel Rebelo, da ordem dos prègadores, qualificador do Santo Officio, que fez imprimir o seu sermão no mesmo ano⁽⁵⁾.

* * *

«Aos seis dias do mes de Abril de mil seis centos e quarenta e dous annos se fês o auto de fee no terreiro do paso lunto as varandas do prinsipe aonde esteve El Rei nosso sñr e a Rainha e o prinsipe dom teodosio fês este auto frei An.º de Vasconsellos frade de são Domingos filho do Regedor sairão entre homens e molheres sento e doze penitentes Relaxados tres homens e tres molheres e quatro estollas e

(1) *Hist. da Ig. em Port.*, idem idem.

(2) *Bibl. Lusitana*, vol. I, pág. 390.

(3) Por cima da palavra *Ribeira*, escreveu-se «velha», com outra letra. — *L.º VII dos bap.*, fl. 169 v.

(4) *Hist. da Ig. em Port.*, idem, págs. 386 e 387.

(5) *Bibl. Lusitana*, vol. III, págs. 343 e 344.

hum delles saiu a crismar veio hũ home de santarem pregou hũ padre da Companhia que veio do brasil adestio o Cabido a q̄ fizerão seu camarote» (1).

Nota — O número dos indivíduos relaxados está certo, mas no total dos penitentes há uma grande diferença entre êle e o apresentado por Fortunato de Almeida, que é de 85 (2). O padre da Companhia de Jesus que viera do Brasil era Bento de Sequeira «muito aceito a Elrei D. João IV» que catorze anos depois prègou noutro auto de fé celebrado em Évora. Tanto êste como o sermão prègado em Lisboa estão impressos (3).

* * *

Navegação:

«Aos 28 [de Maio de 1601, faleceu] Madanela mendez sobrinha de M.^a de fontes iunto a P.^o de sexas (isto é, junto às casas em que morava Pedro de Seixas) está nesta igreja enterrada. Neste dia ancorou a Nao S. F.^{co} da Índia, defronte da Ryb.^{ra}» (4).

Nota — Pedro de Seixas era escrivão da câmara del-Rei e faleceu em 20 de Dezembro de 1613 (5). Parece que um seu ascendente teria dado o nome a um beco ou travessa — *do Seixas* — que ficava junto à igreja de S. Jorge, travessa ou beco onde êle teria morado (6).

A nau S. Francisco, mencionada na parte noticiosa do registo, velejára no ano anterior para a Índia sob o comando de Fernão Rodrigues de Sá, na armada do vice-Rei Aires de Saldanha. Voltou à Índia em 1604 e em 1606 deixou o pôrto de Lisboa levando outra vez o

(1) *L.^o VIII dos bap.*, fl. 25 v.

(2) *Hist. da Ig. em Port.*, idem. idem.

(3) *Dic.*, Inocência, vol. I, pág. 353.

(4) *Reg., etc.*, vol. II, pág. 480.

(5) *L.^o V dos óbitos*, fl. 22.

(6) *Idem*, fl. 33 e 37 v.

EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL.º 62177-62178
AVENIDA 24 DE JULHO, 158 - LISBOA ELEG.º LAMPAR

ADQUIRIR O NOSSO MATERIAL
É GARANTIA DE OBTER MATE-
RIAL DE QUALIDADE
SUPERIOR

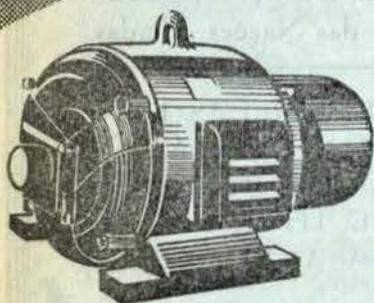


LÂMPADAS

LUMIAR

MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES

GERADORES



ENAE

Fabrico nacional

A SAIR BREVEMENTE
a 2.ª edição de
**A RIBEIRA
DE LISBOA**

por

Júlio de Castilho
última parte da "Lisboa Antiga"

dirigida e anotada por
LUIZ PASTOR DE MACEDO

edição da
CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

¿É APRECIADOR
DE BOM **CAFÉ?**

NÃO HESITE.
COMPRE NO

MACARIO

QUE É UMA CASA ESPECIALIZADA
E DAS MAIS ANTIGAS

Macario M. Ferreira, Lda.

Estabelecimento:

■ 272 ■
RUA AUGUSTA
■ 274 ■

Torrefacção:
50, RUA MARIA
LISBOA



BANCO LISBOA & AÇORES

S. A. R. L.
FUNDADA EM 1875

Capital Esc. 10:000.000\$00 ■ Fundo de Reserva Esc. 11:400.000\$00

SEDE: LISBOA = Rua Aurea, 88 FILIAL: PORTO = Avenida das Nações Aliadas

AGÊNCIAS E CORRESPONDENTES NO PAÍS, ILHAS E PRINCIPAIS CIDADES DO ESTRANGEIRO * TÔDAS AS OPERAÇÕES DE COMÉRCIO BANCÁRIO * INSTALAÇÕES ESPECIAIS PARA GUARDA DE TÍTULOS E VALORES * COFRES FORTES PARA ALUGUER

LIVRARIA PORTUGÁLIA

75, RUA DO CARMO - LISBOA

■
Livros nacionais e estrangeiros

*Sempre as melhores novidades de
Obras Literárias, Arte, Medicina,
História, Direito, Economia, tanto
nacionais como estrangeiras*

Serviço rápido de encomendas para todos os países da Europa e América

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS
SOBRE TODOS OS ASSUNTOS

FORNECIMENTO DE LIVROS PARA
O CONTINENTE, ILHAS E COLÓNIAS

DIRIJAM OS SEUS PEDIDOS Á

PORTUGÁLIA

75, RUA DO CARMO - LISBOA

TELEFONE 2 0791

A PARÇARIA ANTONIO MARIA PEREIRA

foi fundada em Agosto de 1848

EM ABRIL DE 1940

INAUGURA

■ Secção de Antiquário e Livros de ocasião.

DIRIGIDA POR **F. Moreira Sénior**

■ Secção de Saldos

onde se liquidarão, em constante renovação e a preços ínfimos, variadíssimas obras de tódas as categorias.

■ O Cantinho dos Pequenininos.

Livraria exclusiva para crianças

mesmo destino, porém, à saída de Moçambique, no meio de grande temporal, naufragou (1).

* * *

«Aos 15 [de Setembro de 1606] se perdeu na Barra de Bellem a Nao Martens (Mártires) q̃ vinha da Índia, morreo muita gente» (2).

Nota — Fôra para a Índia no ano anterior sob o comando de Manuel Barreto Rolim, fazendo parte da armada de Braz Teles de Meneses (3).

* * *

«Partiu a Armada Real para a Baía em 22 de Novembro de 624» (4).

Nota — Era a armada que sob o comando de D. Francisco de Almeida, ia tentar expulsar os holandeses da cidade de S. Salvador da Baía de Todos os Santos, (5) que segundo notícias chegadas à capital, em 25 de Julho, havia sido por eles tomada. Para a organização desta armada, que levava como capitânia a nau Santa Ana, a administração municipal de Lisboa, em nome da sua população, concorreu com cento e vinte mil cruzados (6).

* * *

«Aos trinta dias do mes de março de mil seis centos e quarenta e hũ partiu para a Índia hũa nao com hũa caravella» (7).

(1) *Os Portugueses no Mar*, por Quirino da Fonseca, págs. 417 e 418.

(2) *Reg.*, etc., vol. II, pág. 482.

(3) *Compêndio Universal de todos os Vice-Reis, Governadores e Capitães*, pelo p.^e Manuel Xavier, pág. 41, citado em *Os Portugueses no Mar*.

(4) *L.º VI dos bap.*, fl. 81.

(5) *Anais da Marinha Portuguesa*, do Almirante Quintela, vol. II, pág. 418.

(6) *Veja-se Elementos*, etc., vol. III, pág. 95 e seg.

(7) *L. VIII dos bap.*, fl. 24 v.

* * *

«partio armada de purtugal juntamente com a de fransa aos nove dias do mes de setembro 1641 annos» (1).

Nota — Destinavam-se a acometer a armada de Castela. A de Portugal, capitaneada por D. Fernando Teles de Meneses, compunha-se de 10 naus, 3 fragatas e 4 navetas, e a de França de 19 naus, 3 fragatas, 6 canhoneiras e 4 fustas (2).

* * *

Peste de 1599:

A epidemia que depois se passou a designar por *peste de 1599*, começou em outubro de 1598... E começou com tal violência, que logo no dia 20 dêsse mês, a câmara de Lisboa era autorizada a contrair um empréstimo para poder «acudir as cousas tocantes á saude desta cidade, q̃ de presente tem necessidade disso» (3).

Sempre que Lisboa era molestada pela *pestelença* — j e tantas vezes a sofreu! — determinava-se, havia já muito tempo, o immediato isolamento, em quintas, fora dos muros da cidade, dos atacados pelo terrível mal. A carta régia, escrita em Alcobaça no dia 17 de Agôsto de 1485 (4) e enviada à câmara de Lisboa, já nos indica que se tomára esta medida como uma das usadas para obstar a que a epidemia se propagasse. Diz assim, na sua parte que de momento nos interessa:

«Mestre Joanne de Monte mor nos enviou dizer que elle tinha na quinta que ordenastes oito doentes e que hera neçessario outra quinta pera se virem a ella os que daqui a diante adoerem, e nom se misturarem com aquelles que j asiam doentes na dita quinta, e porque a nos

(1) *L.º VIII dos bap.*, fl. 19 v.

(2) *Os Portugueses no Mar*, por Quirino da Fonseca, pág. 470.

(3) *L.º II do Provimto da Saúde*, fl. 36 — Arq. da C. M. L.

(4) Durante o período que medeia de 1483 a 1496, Lisboa foi várias vezes visitada pela peste.

pareceu bem, e muito necessário vos encomendamos e mandamos que logo com toda deligência deis outra quinta boa a Joam Lopes e Affonso Lopes com camas e servidores asy como fezestes na primeira quinta, etc.» (1).

Que os empestados eram quasi obrigados a recolherem-se nos locais de isolamento, não temos qualquer dúvida, conforme se pode verificar através do conteúdo de outra carta régia passada em Benavente a 7 de Fevereiro de 1493 e também dirigida à câmara de Lisboa. Essa quasi obrigação deixava porém de existir quando o contagiado era fidalgo, cavaleiro, «ou semelhante pessoa de honrra», o qual tinha, no entanto, de deixar a cidade:

«...e quanto as cazas que ordenastes junto com Sam Lazaro, pera os doentes hi serem levados, e ordenança que se na dita caza e seus enterramentos dos que faleserem, e asy dos que convaleserem fezestes certo nos parese muy bem, e o lugar muy conveniente... e quanto he as coadrilhas que ordenastes em cada huma Freguezia pera saberem dos doentes que em cada rua ouver, e modo que ham de ter pera o fazerem saber aos sobreditos ordenados e penas que em ello ordenastes que houvessem os que o nom comprirem, havemos todo por bem... E quanto he aos Fidalgos, cavaleiros, e outras semelhantes pessoas de honrra, que se a dita casa nom quizerem hir, os tais seiam levados e se vam fora da dita cidade pera suas quintas, ou pera outras casas que lhes aprouver sob dita pena». Os judeus contagiados eram postos fora da cidade e o que não manifestasse imediatamente a sua doença pagaria uma multa de cinco justos que reverteria a favor da *casa da saúde* (2).

Tencionando tratar, pròximamente, num trabalho dedicado à ermida de S. Sebastião da Padaria, das medidas que em caso de peste eram tomadas pela Câmara de Lisboa e cingindo-nos aqui a tratar apenas do isolamento dos doentes, vemos que êle se continuava observando nas pestes que grassavam em 1510, 1569, 1579 e de-certo em tôdas as outras, que

(1) *L.º I do Prov. da Saúde*, fl. 3.

(2) *Idem*, fl. 7 e 7 v.

entre as apontadas a cidade sofreu. Chegando, porém, à de 1599, que é a que agora nos interessa, vemos que os administradores municipais, de princípio, põem de parte a hospitalização dos doentes. ¿Para evitar maior dispêndio? Talvez. O caso já tinha sido ventilado durante a peste que grassára vinte anos antes e a razão que se dava era porque «a cidade não podia soprir a despeza que se fazia» com o hospital próprio para empastados. (1)

A primeira notícia que, nos registos paroquiais, topamos sobre esta peste, comunica-nos justamente que os doentes passariam a ser tratados nas suas casas:

«Aos 12 dias deste Dezembro de 598 se apregoou por esta cidade q̃ se aiuntassem (em casa do doutor Anrriqz da sylva vereador da camara) todos os Barbr.^{os} çurgiãins fizicos, p.^a os doentes da peste se curarem en suas casas». (2)

Mas, de-certo porque o sistema agravára o mal, a Câmara viu-se constrangida, no ano seguinte, a alugar uma quinta no sítio de Campolide, para nela estabelecer um hospital e um cemitério para os atacados da peste. A quinta, que era vastíssima, pertencia a Luiz Carneiro, que algum tempo depois foi feito conde da Ilha do Príncipe.

Percamos agora três ou quatro minutos com a história desta quinta:

Chamáva-se *dos Prazeres* e o seu nome provinha do facto de existir ali uma ermida dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres, imagem que desde a peste de que nos vimos ocupando, teve a exaltada devoção do povo de Lisboa.

(Continua)

(1) *L.º I do Prov. da Saúde*, fl. 219.

(2) *Reg., etc.*, II, pág. 441.

O CAMPO DE SANTA CLARA

(PALESTRA REALIZADA NO CAMPO DE SANTA CLARA EM 16 DE JULHO DE 1939 — SEGUNDA DA SÉRIE DE CONFERÊNCIAS AO AR LIVRE DOS *AMIGOS DE LISBOA* NO VERÃO DE 1939).

POR SIDONIO MIGUEL

(Continuação do número anterior)

DEPOIS o sítio sossegou muito. Dos cruzados embarcaram de novo os que não quiseram ficar em Portugal. Esta encosta de Almofala ao Tejo não atraía talvez novos habitantes, se alguns tinha. Tão deserta continuava que foi escolhida para campo da fôrça.

Começou a animar o sítio o cumprimento de certo voto de Afonso Henriques de construir dois templos nos locais dos cemitérios dos cavaleiros mortos pela Fé. Foram S. Vicente de Fora e Nossa Senhora dos Mártires. S. Vicente de Fora, o antecessor do que ali se encontra. O templo da Senhora dos Mártires está lembrado no Chiado. Antes do terremoto assentava no Largo da Biblioteca de hoje, ao lado de S. Francisco, que deixou o nome a todo o Monte Frágoso.

¿ Que foi, anteriormente à reconstrução filipina, esta igreja ou mosteiro dos cónegos regrantes de S. Vicente ?

Norberto de Araújo, na bem elaborada monografia que V. Ex.^{aa} conhecem, diz-nos que só por conjecturas muito falíveis poderá dizer-se o que foram aqui o templo e o convento. Repetirei com o autor das *Peregrinações em Lisboa* o que alguns escreveram :

«Ermida estreita, em forma rotunda, fechando o telhado em cúpula; paredes de barro vermelho sôbre escuro». . . Júlio de Castilho fez a reconstrução do exterior dum e doutro, ajudado pelo desenho de Jorge Bráunio. Tudo isto podem V. Ex^{as} encontrar na monografia citada e no volume VII da *Lisboa Antiga*, de Castilho, revista por mestre Vieira da Silva.

Disse que o sítio sossegara muito depois da conquista da cidade e apenas era perturbado pelos trabalhos da construção de S. Vicente, dirigidos porventura por algum dos cruzados que por cá se deixaram, porque neles tudo havia, desde os bispos que ficavam nas igrejas aos architectos que as delineavam e construíam.

Assim era tal sossêgo. A guerra da reconquista continuava para o sul. Os portugueses de Afonso Henriques avançavam e recuavam. Conseguiram ficar em Alcácer, Évora e Beja, embora a certa altura Lisboa houvesse corrido o risco de se perder mais uma vez. O mouro chegou a reconquistar Palmela e Almada. D. Sancho I tomou Silves com os cruzados, mas ainda então o Algarve não foi português. Só Afonso III o conseguiu passados anos, vencendo militar e diplomáticamente. Militarmente os mouros, diplomáticamente Castela por obra de uma criança que foi D. Diniz, enviado para essa missão ao seu grande avô, o sábio rei Afonso X.

Ainda no reinado de D. Afonso Henriques, o Miramolim não assustou muito as gentes de Lisboa. E estou em crer que, no reinado seguinte, também aqui se fez o povoamento do sítio, favorecido pela conclusão do convento dos cónegos regrantes, cuja cêrca se estendeu até esta esquina da Rua da Verónica.

E diàriamente não faltaria então já aqui o corrupio de gentes que procurava ou deixava a cidade em caminho por tôdas essas terras a montante do Tejo. Já sabemos que se chamava o sítio o Campo da Forca. O nome ia mudar a partir dos fins do século XIII, época em que vieram para aqui as freiras de Clara de Assis, a egrégia santa, que viveu na sua pátria de 1193 a 1253 e quiz para o seu sexo uma disciplina religiosa, semelhante à que para os homens tinha criado Francisco de Assis.

Sabe-se o acolhimento que a regra franciscana teve no nosso Portugal que, parece, chegou a ser visitado pelo próprio Santo. Foi à

vista das relíquias dos mártires franciscanos de Marrocos que Fernando de Bulhões, ido daqui para Coimbra, se decidiu a ingressar na ordem franciscana, onde foi depois o Santo António que chamamos de Lisboa e lá fora chamam de Pádua.

A ordem franciscana das claristas, aprovada por Gregório IX em 1246, tinha já em 1250 a sua casa em Lamego. Esta de Lisboa deveu-se à piedade de quatro senhoras. Foram elas Dona Inês Fernandes, asturiana de nascimento, mulher de Vivaldo Pandulfo, genovês; Dona Maria Martins; Dona Maria Domingas, viúva de Durão Martins da Parada, rico homem e mordomo mor de El-Rei D. Diniz; e Dona Maria Anes Soares. Não nos parece, quando lemos a gravidade destes quatro nomes e conhecemos as intenções e a obra, estar a ver as autênticas senhoras daquele fim de século XIII, respeitabilíssimas, hieráticas, com os rígidos panejamentos dos seus trajes negros e brancos, em religioso conciliábulo à luz coada dum vitral, e a que não faltaria o pausado conselho dalgum velho clérigo? Assim estudariam recolhidamente o modo de estabelecerem nestes reinos uma casa da regra franciscana, onde também as mulheres pudessem praticar as virtudes cristãs da fé e da humildade, da renúncia e da penitência.

A principal animadora do empreendimento, ou por mais abonada de dinheiros ou por mais favorecida de devoção, era Dona Inês Fernandes.

Entretanto conta-nos Carvalho da Costa, que porventura o leu em Frei Apolinário da Conceição, que esta casa franciscana não foi começada aqui, mas para os sítios da Trindade, onde houve o convento deste nome que caiu com o Carmo, por ocasião do terremoto.

lá ali a obra em começo, quando Dona Inês teve um sonho não casual. Sonhou com a escada de Jacob, onde via anjos subindo e descendo e concomitantemente o enforcamento de criminosos.

Esta escada de Jacob, sabem V. Ex.^{as}, se ainda se lembram do Velho Testamento, era a do sonho do patriarca de Israel, na fuga à cólera de Esau, seu irmão, cujos direitos de primogenitura havia comprado por um prato de lentilhas. Aconteceu-lhe então adormecer no deserto e ver em sonhos uma escada entre a terra e o ceu. Desciam e subiam anjos e a voz de Deus prometia a Jacob uma posteridade numerosa como os grãos de poeira da terra.

Não sabemos que explicação dariam os freudianos de hoje ao sonho da ilustre senhora, onde se misturava à escada e aos anjos o espectáculo dos enforcados. Alguma que senhoras não podiam ouvir. Dona Inês Fernandes teve dum anjo a explicação de tudo. Elle lhe disse :

— Em temeroso campo que é hoje de justicados quere fundar o Pai das Misericórdias um recolhimento de gente religiosa que mereça os seus favores. E por isso te ordena que nesse lugar levantes o teu mosteiro. E nós viremos confortar as almas e comnosco elas subirão pela escada da glória. Nesse sítio acharás uma cruz formada por duas pedras. . .

Dona Inês, despertada, não teve dificuldade em saber de que sítio se tratava. Era do Campo da Forca e aqui veio encontrar a cruz de duas pedras.

E não se importou mais com os dinheiros já gastos na obra. Tratou logo de comprar aqui uma herdade de Gonçalo Peres, que tinha a alcunha de Dentinho e que por tal venda ficou na história. As obras começaram e em 1 de Fevereiro de 1292 já havia aqui as primeiras freiras.

A igreja fez-se depois. Conta Carvalho da Costa que em 7 de Setembro de 1294 foi lançada a primeira pedra pelo bispo D. João Martins de Soalhães, nome faladíssimo, com o do chanceler Pedro Salgado, na história destes sítios de Alfama para cá. Vê-se que não se ia apenas guerrear os mouros. Também já se organizavam rectaguardas. As conquistas consolidavam-se, as terras povoavam-se e fundavam-se freguesias novas como as de Santo Estêvão e S. Miguel, na sucessão das primitivas da cidade que foram, aqui mais perto, S. Vicente, S. Bartolomeu, S. Martinho, S. Jorge, etc.

Infelizmente o autor da Corografia de Portugal nada sabe dizer-nos do que eram primitivamente igreja e convento. Conta-nos o que havia no tempo em que escreveu. Um claustro quadrado e diversos jardins. Uma fonte, uma imagem do Senhor dos Passos como o da Graça. Um Menino no presépio, uma Senhora de Belém, uma capela de S. Francisco no claustro, uma Senhora da Conceição, um S. João Evangelista, uma Senhora da Graça, uma Senhora da Penha de França, etc.

Havia um côro com duas ordens de cadeiras e muitos nichos de

santos nas paredes, que parece lembrar-nos o que conhecemos da Madre de Deus. Tinha o seu altar-mór, com o Santíssimo em sacrário de prata com porta de cristal e iluminado por sete lâmpadas também de prata. Havia ali capelas, com prodigiosos paramentos, duma Senhora da Conceição e dum S. João Baptista, um ante-côro com as capelas do Senhor Morto, S. José e Santo António, e uma capela dos Santos Reis. A igreja, com sete capelas, era de talha dourada, e a maior de todos os conventos de freiras de Lisboa e tinha um tecto apainelado com quadros do Apocalipse. A capela-mór chegava a ser a mais clara e magestosa de todo o reino. Sacrário, frontal e pano do púlpito, tudo era de prata batida a martelo.

Gomes de Brito considera a descrição de Carvalho da Costa sem critério e tem talvez razão. Mas estou certo de que esta igreja de Santa Clara, alindada no século XVIII com obra de talha, telas e azulejos, foi, de facto, uma das mais notáveis igrejas de Lisboa que o terremoto destruiu. João Baptista de Castro nos diz que Santa Clara excedia em arte nobre tôdas as igrejas da côrte. É claro que esta arte nobre não era a do box.

Assim passou a viver aqui a feliz comunidade das freiras claristas. Tudo era paz no interior do convento e não faltariam orações cada vez que sabiam da aproximação lúgubre dos cortejos em que vinha gente a enforcar. E nada mais chegava ao pequeno claustro dos alvoroços da rua.

Não deram pelos preparativos da já lembrada batalha lá para Alvalade entre o infante D. Afonso e o Rei Lavrador, seu pai, que a intervenção da rainha, esposa e mãe, ali evitou.

A revolta de D. Pedro contra o pai, êsse mesmo Afonso, o Bravo, que decretara a morte de Dona Inês de Castro, foi lá para Coimbra. Aqui gozou-se depois a tranquillidade dos dez anos do reinado de D. Pedro, «como outros não houvera em Portugal», até que lhe sucedeu o

«remisso e sem cuidado algum Fernando».

É claro que nós hoje não pensamos do filho da triste D. Constança o que Camões pensava, fiel à tradição que condenara o Rei Formoso, como se condenam todos aqueles que não chegam a fazer aquilo

que sonharam. Tivera a ambição de reunir as corôas de Castela e Portugal, não soube realizá-la em favor seu e acabou por fazer uma união perigosa das duas coroas, a despeito das garantias que julgou bastantes da autonomia portuguesa. União dinástica desfeita depois pela feliz ambição do Mestre de Aviz, pelo montante de Nuno Álvares e pela arte jurídica de João das Regras.

Sabemos como a desastrosa tentativa de D. Fernando trouxe a Lisboa um terrível cêrco que a esfomeou e incendiou. A cidade então já saía para fora das muralhas da Adiça a Santo António da Sé. Ficava a ocidente uma parte importante que a invasão danificou. Algum casario ficaria também para cá das muralhas, embora pouco chegasse até aqui.

Emfim o cêrco foi levantado. E, quando cessaram o ruído das armas, a violência e o roubo, companheiros das guerras, a animação foi muito maior que depois da tomada da cidade aos mouros. Foi chamada gente, esgotaram-se pedreiras de léguas em redor e em menos de três anos a muralha da cidade passava para nova cortina que dêste lado descia desde a Graça até às trazeiras de S. Vicente; até ali ao Outeirinho da Amendoeira; ao encontro da rua dos Remédios com a do Paraíso, onde se abriram as Portas da Cruz; depois até lá abaixo, onde mais ou menos se encontra a ermídnha do Senhor da Boa Nova, donde virava para ocidente.

O Campo de Santa Clara continuou, pois, a ser arrabalde da cidade

Mas no meado do século XVI animou-se. Visitavam Santa Clara notáveis donas da côrte. A infanta D. Maria, celebrada filha de El-Rei D. Manuel, senhora de grandes haveres, passou a freqüentar também êstes sítios nas visitas que fazia às freiras de Santa Clara. Acabou por mandar fazer aqui umas casas e por conseguir a instituição extra-muros duma nova freguesia que foi a de Santa Engrácia.

Não referem as crônicas, que eu saiba, qualquer caso importante aqui passado com os levantamentos populares por ocasião da soberania efêmera de D. António ou com a ocupação de Lisboa pelas tropas do duque de Alba. Foi lá para Alcântara a batalha que decidiu da sucessão da corôa portuguesa.

As freiras aceitaram fãcilmente os Filipes, embora houvessem chorado a perda do rei natural dos portugueses «por pecados que eram

de todos». Quando o primeiro residiu em Lisboa e o segundo e o terceiro (êste ainda príncipe) a visitaram em 1619, não faltaram certamente as freiras de Santa Clara com os presentes de doces que a história diz haverem sido feitos a Suas Magestades pelas freiras dos conventos de Lisboa.

Mas no reinado do primeiro Filipe, representado em Portugal pelo arquiduque Alberto, passou-se aqui o episódio tragi-cómico do chamado Rei de Penamacor.

Êste Rei de Penamacor era um rapazola de vinte anos que nesses tempos em que o povo não acreditava na morte de D. Sebastião, pretendeu passar pelo vencido de Alcacer-Kibir.

Miguel de Antas diz-nos que êste filho dum oleiro de Alcobaça nem sequer era parecido com D. Sebastião. Entretanto lá o acreditaram, a êle e a personagens tão falsificadas como êle, a quem chamava D. Cristovão de Tavora e o bispo da Guarda.

Assim andou de terra em terra e chegou a Penamacor que lhe deu a realeza. Acabou, é claro por ser preso.

Mas era o primeiro a ter tal ideia e não foi julgado muito responsável pela brincadeira, porque êle na verdade não dizia que era o rei. Deixava que lho chamassem. O vice-rei, Arquiduque Alberto, fê-lo andar aqui, montado num burro, de mãos atadas atrás das costas, até ao Limoeiro, donde o mandou para as galés. Mais tarde foi na Armada Invençível e passou a França onde se lhe perdeu o rasto.

Entretanto muito povo teria aqui vindo em 1584, para ver o falso rei. Riria algum, sentiria outro que afinal muito bem podia ser o verdadeiro D. Sebastião, visto que ninguem o tinha visto morrer na batalha. Se o Telmo Pais do *Frei Luiz de Sousa* de Garrett não fôra uma invenção do dramaturgo, êle aqui teria estado e não teria fugido a essa dúvida.

Subsiste ainda hoje na cortina que separa em dois taboleiros o que se chama a Praça Bernardino António Gomes, — cortina que foi primitivamente obra dum D. João de Castro, presidente do Senado, homónimo do herói de Diu, — uma prova de que a devoção dos portugueses à Senhora da Conceição era anterior à que se tornou notória pela aclamação de D. João IV.

É confirmada por uma carta régia de 28 de Março de 1618 ao

Senado da Câmara, que aprova a piedade com que os vereadores, movidos da devoção pelo «mistério da Conceição da Virgem Maria e para que no povo ela aumentasse, queriam mandar pôr nas portas da cidade letreiros abertos em pedras, em que se afirmasse que Maria foi concebida sem pecado original». Leiam V. Ex.^{aa} a lápide que ainda lá está e concordem com o louvor de Júlio de Castilho à vereação de 1870 que, tendo reconstruído o muro, deixou nêle a lápide de 1604.

Não chegou aqui muito o susto de Lisboa em 1589 com a marcha dos ingleses, trazidos pelo prior do Crato e desembarcados em Peniche, donde vieram sôbre Lisboa, praticando tais desmandos que ficou na linguagem popular essa designação de «Amigos de Peniche» como sinónima de «Amigos dos diabos». Retiraram logo. Mas os receios pelos ataques de ingleses e de holandeses duraram por muito tempo. Uns e outros, sobretudo os holandeses, não nos poupavam as colónias, sob o pretexto da nossa união dinástica com a Espanha. Em 1625 o rei mandou estudar as obras a fazer em tôda a muralha de Lisboa para defesa da cidade.

Constam dos documentos publicados por Eduardo Freire de Oliveira informações curiosas das obras que por aqui se mandaram fazer e nos fazem adivinhar o que sítio foi, até que o modernizaram um pouco como desaparecimento das muralhas, a divisão dêle nos actuais taboleiros e êste ajardinamento. Era então um baldio agreste em descida sôbre o Tejo. Havia aqui pedreiras. Umas muralhas a um lado sobrepujadas por S. Vicente, um casarão a outro, que teria sido Santa Clara, e os pequenos edificios de Santa Engrácia, Paraíso, Colégio de Jesuitas e mais tarde o das actuais Obras de Santa Engrácia.

As obras iam ser as seguintes :

Sôbre a porta da Fundição dos Castelhanos, isto é, ali perto donde é o Museu Militar e da banda do Cais da Madeira levantar mais as paredes e tapar o postigo para o quintal do cónego. É claro que não sabemos quem era êste cónego, mas tiramos já daqui a informação do casario que exterior e interiormente vinha cobrindo a muralha. Mandava se arrasar umas casas por baixo das portas da Cruz, ao encontro da Rua dos Remédios com a rua do Paraíso, como disse, e tapar portas e janelas em outras casas. Nas portas da Cruz faltavam as portas propriamente ditas que se mandaram fazer. E mandou-se colocar da parte de fora um revelim.

Havia por ali umas casas, de que também mandaram tapar portas e janelas e deitar fora a varanda que ficava sôbre o quintal. Mandaram arrasar outras da banda do ferrador. Sabemos portanto que havia por ali um ferrador, o que era natural. Fazia à saída da cidade o que hoje fazem as oficinas de automóveis.

Subindo para cá a vistoria na porta da Fundação da Corôa de Portugal, onde ainda é hoje a Fundação de Canhões, mandou fechar a porta, derribar umas paredes e tapar uma porta.

Subindo mais, mandou tapar o postigo do Arcebispo, onde é hoje o Outeirinho da Amendoeira, e arrasar duas moradas de casas que se lhe encostavam. E junto ao postigo de S. Vicente, mais ou menos onde está aquele arco de passadiço do convento para a antiga cêrca, mandou arrasar uma obra que estava começada neste Campo junto ao postigo, tapar dois postigos pequenos que havia no muro e cortar a prumo uma parede da igreja, que se encontrava em dentes, e arrasar umas casas dos criados dos frades.

Tudo isto se mandou fazer em 1625, como disse. Eram passados uns quatro ou cinco anos quando aqui se deu o caso faladíssimo do desacato na igreja de Santa Engrácia que procurarei contar pela versão mais corrente.

Tôda a gente sabe o que eram as noites de Lisboa nesse tempo e por muito que depois decorreu até Diogo Inácio de Pina Manique, cujos serviços à cidade foram sempre muito esquecidos para só se lembrar a perseguição que fazia às ideias vindas de França.

Não quiere isto dizer que não houvesse já polícia em 1630. Todas as cidades tiveram sempre a sua polícia, subordinada a uns tantos magistrados. Havia-os naturalmente em Lisboa, uns corregedores, uns quadrilheiros que se encarregavam de velar pela segurança dos habitantes. Desajudavam-nos apenas o número e a falta de iluminação que só Pina Manique nos deu no reinado de D. Maria I.

Então mais do que hoje a gente pacata (houve sempre gente pacata que tinha medo das guerras e das desordens) recolhia a casa ao anoitecer, trancava bem as portas e, depois da ceia e da oração, ia deitar-se. Assim o faziam certamente os poucos habitantes que por aqui havia fora das portas da cidade, deixando a noite das ruas aos arruaceiros e aos namorados.

Dizem as histórias do tempo e tem sido repetido em letra redonda, quási sempre de literatura de cordel, que havia então por aqui um rapaz novo, chamado Simão Lopes Solis, de família israelita. Destacava-se nas arruaças do sítio, a sôvar transeuntes que não tinham o bom senso de recolher cedo.

Simão Lopes Solis, arruaceiro do sítio, era dado ainda a aventuras amorosas e ao vício do jogo. Mas perdia ao jôgo e os novelistas prestam-lhe as palavras indignadas que lhe saíam da bôca nos momentos em que sentia a irregularidade criminosa da sua vida, sem força para se libertar dela :

— Estas malditas mãos precisavam de ser cortadas . . .

E há quem diga que chegava a levantar as mãos para o pai, quando êste lhe negava dinheiros.

Governavam então o reino dois governadores. Esses governadores (que não representavam o govêrno de Castela como muita gente julga, mas exclusivamente a pessoa do rei), eram D. Diogo de Castro, conde de Basto, e o bispo D. Afonso Furtado de Mendonça. Corregedor do crime era o famoso poeta Gabriel Pereira de Castro, autor dum dos nossos grandes poemas épicos, em oitava rima, como os *Luziadas* de Camões, que se chama a *Ulisséa*. Era um doutor, a quem não faziam mal as musas, infelizmente um poeta, a quem fez mal a beca de magistrado. Não lhe bastou à fama de poeta notável a injusta pecha de haver servido os Filipes ; veio prejudicá-lo, na opinião do povo ou na inventada pela literatura de cordel, a sua intervenção neste caso de Santa Engrácia.

Aconteceu, pois, que tôda a Lisboa foi alvoroçada na manhã de 16 de Janeiro de 1630 por uma notícia espalhada com incrível velocidade, indignando e amedrontando esta terra que tão castigada se sentia já pela perda dos seus reis naturais e pela queda de algumas das suas conquistas : Naquela madrugada o sacristão de Santa Engrácia, ao abrir a porta da igreja, deparara, atônito, com o sacrário violado e o cofre ou vaso das santas partículas pelo chão. As espécies sagradas haviam desaparecido. ¿ Intento de roubo ? Pior do que isso. Intento de sacrilégio. Os vasos sagrados não haviam sido roubados. Havia deixado intacta a magnífica caixa de tartaruga cintada de prata.

As grandes cidades foram sempre chamadas Sodomas e Gomorras. Tal se chamava Lisboa nesse tempo, infestada de vícios que em Sodoma

e Gomorra provocaram o fogo do ceu, aos quais o rei Filipe numa carta para o Senado da Câmara atribuía os flagelos que o reino sofria e que exigiam uma severa policia da Inquisição que não inquiria apenas em matéria de religião, mas também na de costumes. Sobre tais crimes vinha agora o sacrilégio. Havia quem já não duvidasse de que Lisboa seria destruída por alguma coluna de fogo.

E em tais tempos estamos a ver os oratórios que por tôda a Lisboa se iluminaram logo na presença das gentes piedosas e timoratas, que queriam aplacar a cólera divina. Estamos a adivinhar as providências imediatamente tomadas pela justiça para descobrir o criminoso ou criminosos.

Não havia jornais a propagar a notícia, nem sequer o *Diário do Governo* a publicar as providências officiais. A notícia propagava-se todavia com velocidade não menor, de bôca para bôca. E os correios iam a caminho de Madrid para a levar a El-Rei e ao Conselho de Portugal.

Ordenava-se aos moradores que não saíssem das suas casas. Iam ser feitas buscas de alto a baixo em cada uma delas. Juizes, meirinhos, quadrilheiros, tudo procurava e investigava.

Fidalgos, burgueses e gente miuda procuravam ajudar as justiças. Havia quem fizesse gala em ofertar dinheiro do seu bolso aos denunciantes do sacrilego ou sacrilegos.

O povo tudo acreditava do que se contava e inventava. Haviam sido trinta e seis as hostias roubadas. Eram trinta e seis anos de fome que o reino ia sofrer.

Alguem soltou o grito :

— O crime só podia ser obra de judeus...

E logo se criou a convicção de que só um judeu podia ter praticado o crime.

Judeu ou cristão novo, que tudo era o mesmo. ¿ Quem acreditava que os judeus, mascarados de cristãos novos, houvessem mudado lá por dentro? ¿ Não era sabido que, batisados com nomes cristãos, continuavam a chamar-se em família pelos nomes velhos de Isaac ou de Rebecca, a tratar às escondidas o Salvador do Mundo por *Filho do Carpinteiro* e a guardar ocultamente o sábadado em lugar do domingo?

Apareceu enfim um denunciante. Apresentou-se um dia ao poeta corregedor para lhe dizer que, pelo escuro da noite tempestuosa do 15

de Janeiro daquele ano de 1630, encontrara quatro homens embuçados no Poço de Entre-as-Hortas. Um dêles era Simão Lopes Solis, que blasfemava contra a tempestade da noite e contra o lodo do caminho.

É claro que foi preso o denunciado.

Negou, mas a opinião pública já o tinha condenado. Depois da denúncia pior ainda. Todos tinham a certeza de que fôra êle, não apenas um cúmplice, mas o principal autor.

A justiça buscava todas as provas para o confundir: Viram-no andar por aqui de noite, a cavalo, levando os cascos do cavalo entrapados.

Havia uma carta dêle para um irmão que estava no Brasil a dizer que tinham sido quatro os assaltantes. ¿ Como sabia que eram quatro?

— Ouvi-o ao meu amigo Martim Coelho, respondeu êle.

O amigo Martim Coelho, em tal aperto, seguiu o exemplo de Pedro que negara a Jesus. Negou a pés juntos que tal houvesse dito. Nem sequer via a Simão havia muito tempo.

Simão Lopes Solis ia conhecendo o valor de todas as suas amizades. Mas porque não dizia êle onde havia passado a noite? Apenas conseguia provar que se despedira de amigos ao bater das *Avé-Marias* dessa tarde. Depois ninguem mais o vira.

Rumorejara entre o povo, algo abalado nas suas convicções sôbre o autor do crime, que o acusado recebera de alguém (duma freira daqui de Santa Clara) dois melões, com o bilhete de que «o calado era o melhor...»

Mas o processo já não parava. Partia das declarações do denunciante, vincava as contradições que podiam confundir o reu e arrancar-lhe a confissão do crime e das cumplicidades havidas.

Simão resistia. Parece que apenas uma vez, não podendo sofrer mais a tortura — a tortura não se fazia apenas nos tribunais da Inquisição, mas também nos das justiças reais — chegou a gritar que sim, que era êle o autor de tudo. E que mais uma vez amaldiçoou as próprias mãos, dignas de lhe serem cortadas...

Retratou-se logo. Apenas o processo não teve em conta a retratação. Disse há pouco que o desventurado estava conhecendo em tão triste condição o valor das suas amizades. Uma adquiriu: a do seu confessor que sempre o defendeu e o considerava inocente, o jesuíta André Gomes. Mas o depoimento do confessor nada valia.

A sentença resava cruelmente: «Devia sair o reu pelas ruas com baraço e pregão, sendo depois conduzido a êste Campo de Santa Clara, diante da igreja profanada. Decepar-lhe-iam as mãos para serem queimadas à sua vista. Amarrado a um poste, seria queimado vivo. Era consentido ao povo que o apedrejasse. Lançar-se-iam ao mar as cinzas do condenado».

O padre André Gomes apelou da sentença. Não o atenderam.

Entretanto o povo acabara por mover-se a favor do condenado. Aquela teimosia em negar o crime, o rumor que se ia fazendo de que o acusado não confessava onde passara a noite, para não querer comprometer alguma mulher, tinham criado essa revira-volta de opinião. Chegaram ao rei apelos a favor do condenado. E parece que o rei mandou escrever de Madrid que lhe comutaria a pena, se êle confessasse. Ninguém lhe arrancou tal confissão, nem a prova do sítio onde passara a noite.

No dia 2 de Fevereiro de 1631 executou-se ali a sentença, na vizinhança da igreja profanada.

E até à última hora o povo, que por aqui enchia todo o campo, esperava alguma cousa que salvasse o condenado. Dizem que a essa hora chegou ainda novo emissário do rei com o perdão da vida ao infeliz, desde que confessasse o crime. O reu, à vista do cepo que lhe levaria as mãos, do poste onde seria amarrado, da lenha que lhe acenderia o fogo para ser queimado, apenas murmurou:

— Não posso confessar aquilo que não fiz.

E rezava. O confessor erguia-lhe cada vez mais alto o Cristo agonizante dos supliciados. As mãos caíram-lhe ao primeiro golpe. Avançou com os cotos gotejantes até ao poste, onde o amarraram.

Pediu vinho. Deram-lho.

Gritava pela Virgem no aceso da fogueira.

Estava numa das janelas que havia aqui perto o doutor Alvaro Velho, vereador da cidade, que, apoplético, chamava «filhos de mulheres ruins» os juizes que tal sentença tinham lavrado.

E o povo, que não atirou uma única pedra ao condenado, sentiu talvez a preocupação e o remorso da turba que descera outr'ora o Calvário depois da morte de Jesus. Possuido de tal sentimento, um padre escreveu por êsse tempo:

— A sentença contra Simão Lopes Solis era a mais infiqua que se dera no mundo depois da morte de Jesus Cristo.

Mas não acabou aqui o drama de Santa Engrácia. Passado menos dum ano correu no povo a notícia da loucura do corregedor poeta Gabriel Pereira de Castro, morto em 1632.

Pouco depois morria o outro colega autor da sentença, o doutor Manuel Alvares de Carvalho.

E um dia disse-se em Lisboa que, preso em Orense um português que roubara em certa igreja dois castiçais de prata e como ladrão fôra justificado, confessara à hora da morte que fôra êle o ladrão de Santa Engrácia.

Um auto rehabilitou o justificado. No local do suplício levantou-se uma cruz que só no século passado foi retirada.

Entretanto a nobreza de Lisboa empenhou-se em construir aqui novo templo que substituisse o profanado. Formou-se uma Irmandade de Escravos do Santissimo Sacramento para levar a cabo o ambicioso tentame duma igreja monumental. Ia quási concluída, quando em 1682 caiu a cúpula.

Atribuíram a queda a êrro de engenharia. O povo viu nela um castigo. E há quem diga que tal igreja já estava em construção ao tempo do suplício do desgraçado que teria então gritado para prova da sua inocência :

— Tão certo eu estar inocente como aquela obra nunca se acabar...

Os homens de 1682 quizeram desmentir o vaticínio. João Antunes, architecto de D. Pedro II, foi encarregado de erguer novo templo.

Mas também não resolveu satisfatòriamente o problema do coroa-mento do edificio. Os mestres hesitaram no lançamento da cúpula e do zimbório e a obra foi interrompida.

Tentaram segui-la em princípios do século passado. O architecto Honorato José Correia começava os desenhos dos retábulos das capelas já feitas.

Mas desistiram novamente.

Em 1916 pensou-se em fazer ali o Panteon Nacional. Como todos os alvitres foi muito discutido, mas o edificio, que já passara a ser utilizado como depósito ou oficina de calçado para o Exército, em tal uso tem continuado.

Infelizmente não é este o único crime que em Lisboa se tem cometido contra a arte.

O ano de 1630 deu-nos, pois, matéria larga para a palestra. É tempo de prosseguirmos na resenha dalgumas cousas que por aqui se deram depois.

Não muito notáveis. O Campo de Santa Clara continuava a ser baldio e pedreira. A freguesia de S. Vicente não lograva em 1633 o estabelecimento dum açougue no bairro.

A Câmara entendia que bastava um para os trinta e um talhos da cidade que era então sobretudo povoada de mecânicos (de operários diríamos hoje) e de gente pobre que se sustentava sem carne, bastando-lhe mantimentos de menor custo.

Sabemos que estes anos de 1633 a 1640 foram agitados na política do reino. Em 1634, por exemplo, Filipe III quiz convocar uma junta com poderes que os nossos usos e costumes garantidos de Tomar, só davam às côrtes regularmente convocadas e com a presença do rei.

Eramos um reino separado dos outros de Sua Magestade.

Houve protestos. Vale a pena lê-los nos documentos coligidos por Eduardo Freire de Oliveira, dos quais avulta a figura corajosa de juiz do povo João de San Payo, não lembrado hoje em qualquer rua da cidade e que possivelmente continuará esquecido nas comemorações do ano próximo como o está de todos os historiadores.

(Continúa)

OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA

Direciores:

Manuel Murias e Alvaro Pinto

R. DO SALITRE, 155-1.º
LISBOA-PORTUGAL

Assinatura: Ano com direito
aos números especiais



PORTUGAL..... 115\$00
COLÓNIAS PORTUGUESAS 125\$00
BRASIL..... 120\$000
ESTRANGEIRO, £ 1-8-0 ou 7 dollars

LISBOA

VISTA PELOS ESTRANGEIROS

SÉCULO XX

¿ENTÃO, meu caro, que tal Lisboa?
Era no dia seguinte ao da minha chegada. Disse com despreendimento:

Não há dúvida, interessante. Parto amanhã para Paris.

E o interlocutor amigo ficou pasmado quando, quasi um mês depois, encontrando um homem de Lisboa, que era eu, esse homem com delícia murmurou: Já nem sei, filho, se vou a Paris. . .

Esse homem era outro e era eu. E' que não se tem nunca de uma cidade a impressão definitiva. As cidades são como as mulheres. Ou têm muitas almas, almas que variam e se contradizem, segundo os psicólogos afirmam, ou não têm alma de espécie alguma, de acôrdo com o que disse um sábio. De qualquer forma, assim como muito difficil é ter a definitiva ideia do *Ser*, em que resumimos a aspiração da vida, assim, à primeira vista, não se poderá nunca dar, sem engano consciente, uma opinião sobre qualquer cidade senão depois de bem ouvi-la, bem olhá-la e bem senti-la.

Há, de resto, cidades a que se colam certos adjectivos para descançar a classificação do turista: Pôrto, a invicta. Paris, a divina, Roma, a silenciosa, Constantinopla, a ardente. ¿Será assim? E se assim fôr,

temos mesmo a sensação do Pôrto, dizendo-a apenas invicta? Não. O facto é que cada cidade tem uma qualidade predominante, mas para cada viajante tem um aspecto, porque êsse aglomerado de casas e palácios vive, pensa, tem um cérebro e um coração, sofre de moléstias morais, mentais ou físicas, e quando parece ter opiniões várias apresenta o seu temperamento, e é bem um organismo até mesmo na maneira de gostar ou não gostar das pessoas que delas se aproximam. Nisso, então, a sensibilidade nervosa das cidades é igualmente feminina. Nós podemos enganar um homem mostrando-lhe amizade. E' impossível enganar de amor uma mulher. Assim as cidades, e com as cidades eu bem lhes tenho sentido a alma, porque elas repugnam-me ou conquistam-me com a sedução das mulheres.

Com Lisboa, por exemplo, eu vinha um pouco despreocupado. Dois belos jantares, uma volta pela avenida, e em seguida *sud-express* a caminho da Meca de tôdas as fantasias e de tôdas as vesanias: ¡Paris, a divina! E quando o criado de bordo, um italiano que só falava inglês e vivera até aos quarenta anos no Cairo, foi acordar-me para dizer com o velhíssimo entusiasmo de cartaz:

— Lisboa, meu senhor.

Fiz uma cara enjoada e indaguei cheio de fadiga:

— ¿ Já ?

¿ Já ? Subi ao tombadilho, preguiçosamente. A manhã nascia no céu de um suavíssimo azul, e Lisboa, à beira do Tejo, bocejava entre névoas ténues. ¿ Que rio era aquele? O Tejo. ¿ E aquela tôrre? Belém. ¿ E mais adiante? Os meus olhos procuravam, como se já tivessem visto, séculos antes. Era a paisagem com a valorização histórica, a história inicial da minha pátria. A recordação de quando dali partira para alargar o mundo fazia o rio mais largo e profundamente belo. Solenes alexandrinos épicos, que muito ano havia dormiam sob o pó de arroz do meu snobismo, abriam no meu lábio o seu clarão heroico, e eu não tive outra expressão, não resisti, gritei apenas: — ¡ Caramba! ¡ Lisboa! — Estava comovido.

Mas ia ficar dois dias apenas, dois jantares, e depois *sud-express*, caminho da Méca de todos os prazeres: ¡ Paris, a divina! E ao saltar da lancha, no cais da Alfândega, havia tanta gente a sorrir com ares de camarada e em cada face um par de olhos estelares tão suavemente

olhava-me que francamente me pareceu ouvir Lisboa a dizer: «*¡ Ora venha de lá êsse abraço! ¿ Como vai V.? . . . Homem, custou . . . »*.
 ¡ Familiaridade e encanto para dois dias! pensava, e o meu coração ia dizendo que a saúde de uma grande cidade a qual amo de amor se atenuava na semelhança dessa irmã mais velha, sem tanta luz eléctrica e tantas avenidas, mas a mostrar em cada canto o seu valor secular. E havia ruas de Lisboa que eram como gestos idênticos do Rio e havia momentos de alma, nas praças e nas avenidas, exactamente iguais, e os transeuntes. Ora, não há transeunte que eu não conheça, são todos meus íntimos desconhecidos, ¡ desde o segundo dia! — pareciam dizer-me: «E' evidente que V. gosta disso, é evidente que V. sente isso. *V. é tal qual nosso*».

Adiei a viagem por dois dias apenas, e resolvi observar. Observar é o verbo mais feroz da vida actual, porque para observar é preciso alguém e êsse alguém de posse do verbo observar tem todos os direitos possíveis, inclusivé o de mentir com desassombro. Eu resolvi observar, fiz-me o ser excepcional que abunda no universo, fiz-me o observador, e já (sem querer) familiar, observei:

— Não há dúvida, cidade muito interessante. ¿ Mas que extravagância essa da leitura dos artigos de fundo? Tôda a gente lê artigos de fundo. ¡ Encontrei às três da manhã cavalheiros graves lendo artigos de fundo! ¿ E as sobrecasacas? ¿ E os chapéus altos? Desde as nove horas da manhã passam procissões de cavalheiros de sobrecasaca e cartola. ¡ Que cidade fúnebre! ¡ Que aborrecida solenidade! E estava radiante com a observação.

Mas Lisboa sorria. ¡ Oh! essa cidade sorri no ceu, nas ruas, no barulho das praças, em tudo, e nesse sorriso assegurava:

— Alegria a nossa. Há dentro dela o sol. Vem daí ao Loreto ver as alfacinhas. São tôdas da côr da neve ou da côr da lua, e frágeis e grácis e de tal forma delicadas que talvez te dê, ¡ toleirão! a vontade de colecionar saxes do tempo de Luiz XVI, para por engano guardar algumas. Anda pelas ruas, depois. ¿ Já encontraste uma cara que não tivesse dois olhos bonitos, dois olhos molhados de êxtase, molhados de amor, gratos à vida? ¡ Não! Artistas e estetas graves já disseram que o homem de Portugal é o mais belo do mundo. E as mulheres, rapaz, quando não lembram Dante, Gabriel ou Rossetti, lembram divinamente

as figuras dos pintores do Renascimento. Tudo aqui é vida, é ardência, é paixão. E a paixão sai de dia, é a alegria, alegria nas igrejas, alegria na Boa-Hora, alegria nos regimentos, alegria nos garotos. ¿ Que horas tens? Duas da manhã. Estamos como às três da tarde. Mas aquele grupo de garotos, ali no canto do arco da rua Augusta, ¿ que faz? ¿ Soluça, chora, morre? ¡ Não! Ensaia o fado numa guitarra tosca, e como só os garotos de Lisboa sabem rir, os garotos mixto de inocências, de diabolismo, elfos das grandes artérias, nesse capitoso ambiente que o ceu coroa como um colossal tufo de hortências azuis. A minha filosofia está no fado. Fui eu quem disse: esta vida são dois dias. Fui eu quem assegurou:

*Não há luar como o de Janeiro
Nem amor como o primeiro.*

Para, por causa das dúvidas, fazer rival do de Janeiro o de Agosto, e andar a ver sem descançar se realmente o primeiro é o melhor amor... ¡ Não te vás! E se duvidares de mim, pela tagarelice, pela gañatice, pela despreocupação perpétua que me faz, miserável ou rica, numa ceia de carapaus ou numa ceia com champanhe, rir da mesma maneira, vai ali aos Jerónimos e vê num túmulo só Vasco da Gama e Luiz de Camões, sente que quem guarda a suprema energia e a arte suprema não esquece o seu passado e é sempre a fôrça latente e o temperamento receptivo capaz de compreender, louvar e criar a divina belesa.

E de repente eu vi que estava havia quinze dias nos braços da sedutora e que até á porta do Suíço ou na Havanesa, ao sair de S. Carlos ou ao entrar no D. Amélia, ¡ discutia gravemente os artigos de fundo e sabia de cor tôdas as complicações rotativas dos partidos polfticos! ¡ Adeus Paris, Meca das delícias terrestres!

Febrilmente fiz as malas e abalei como quem foge para a victoriosa Pôrto. Se não era possível deixar logo o amado, pelo menos de Lisboa eu fugia, e depois um pouco encorado, tomaria o combóio na Pampilhosa, enfim caminho de Paris... Mas cinco dias depois voltei, cinco dias depois saltel no Rossio como se volta ao seio amado, cinco dias depois vim de novo afundar...

¡Que poderoso tóxico de pecado tem Lisboa! ¿Que filtro estranho nos ministra essa criatura deliciosa, que bem se compreende ter sido inventada pela subtil odisseia para perder tôdas as Troias morais e o conceito do próprio Paris? Para o brasileiro, esta cidade que o indígena classifica mal, é a sedução, é a sedução por mil nadas vagos e indefiníveis, é a sedução pelo carinho dos homens, pela graça suave das mulheres, pelos aspectos multiplos que lembram aspectos nossos, pela tradição, pelo sorriso grave do passado, por essa imensa e alacre sensualidade tôda do ceu e da terra fecunda, que prende em pleno inverno, no esqueleto das árvores, como as folhas sonoras e as flôres cantantes das olaias, os bancos dos pardais, o chilreio perpétuo dos pássaros de Lisboa, essa plumosa estroinice do ar, essa garotice do espaço, benção da natureza sôbre Lisboa, Princesa do Tejo e da sedução côr de oiro e côr de azul.

E por isso, há um mês, ó cariocas, Paris, a Meca das vesânicas, de-certo não espera o *sud-express* em que eu vou; por isso, suavemente demoro no tépido inverno da cidade Titânia; por isso cada dia, cada vez mais eu sinto para sempre na alma a perturbadora delícia de sentir Lisboa. . .

Em Lisboa, Janeiro de 1909.

JOÃO DO RIO

Artigo publicado na *Ilustração Portuguesa* de 25 de Janeiro de 1909.

A SAIR NO DIA 30 DÊSTE MÊS

A RIBEIRA DE LISBOA

SEGUNDA EDIÇÃO

POR JÚLIO DE CASTILHO

AMIGOS // DE // LISBOA

EDIÇÕES DO GRUPO
E CONSIGNADAS

<i>Edições do Grupo, limitadas e algumas quasi esgotadas</i>	Preço de venda para os sócios	Preço de venda para o público
Noite de Evocação do Café Martinho	5\$00	7\$50
Noite de Evocação do Leão de Ouro	5\$00	7\$50
● NORBERTO DE ARAÚJO ●		
Pequena Monografia de S. Vicente.		
Edição vulgar	6\$00	8\$00
Edição especial	12\$00	20\$00
~		
Urbanização de Lisboa	2\$00	3\$00
● LUIZ MOITA ●		
Ermida de Santo Amaro	7\$50	9\$50
● EDUARDO NEVES ●		
Ruínas do Carmo	2\$00	3\$00
Igreja da Penha de França	2\$00	3\$00
A Faculdade de Medicina	4\$00	5\$00
● MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO ●		
Igreja da Conceição Velha	2\$00	3\$00
A Igreja e o Convento da Graça	5\$00	7\$50
● ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA ●		
<i>(SIDÓNIO MIGUEL)</i>		
A Igreja e o sítio de Santo Estêvão	4\$00	5\$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha	8\$00	10\$00
● LUIZ CHAVES ●		
Lisboa no Folclore	4\$00	5\$00
● RUY DE ANDRADE ●		
Alfredo de Andrade e alguns problemas de <i>edificia</i> cidadina	4\$00	5\$00
● JOÃO PINTO DE CARVALHO ●		
<i>(TINOP)</i>		
Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols., cada	7\$00	8\$00
~		
Olisipo, n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10	5\$00	7\$50
● HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA ●		
Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett	4\$00	5\$00
● ALFREDO DA CUNHA ●		
«Olisipo» Berço do Periodismo Português	4\$00	5\$00
<i>Edições consignadas</i>		
● LUIZ PASTOR DE MACEDO ●		
A Baixa Pombalina	6\$00	7\$50
A Rua das Canastras	6\$50	8\$50
Crítica, Correções e Aditamentos, à obra «Lisboa do meu tempo e do passado — do Rossio à Rotunda», do Sr. João Paulo Freire (Mário)	9\$00	10\$00
● NORBERTO DE ARAÚJO ●		
Peregrinações em Lisboa, n.ºs 1 a 15, cada	7\$00	8\$00
● JOSÉ PERRY DE SOUSA GOMES ●		
Lisboa — da sua vida e da sua beleza	6\$40	8\$00
● J. S. VIEIRA ●		
O Convento dos Marianos	4\$00	5\$00
● FRANCISCO CÂNCIO ●		
Aspectos de Lisboa no século XIX — fasc. I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII, cada	6\$40	8\$00
Lisboa de outros Séculos	5\$00	5\$50
● ALBERTO MEYRELLES ●		
Lisboa Ocidental	8\$00	10\$00
e todas as edições culturais da Câmara Municipal de Lisboa.		